

## Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março.

Código do Procedimento Administrativo.

Código Penal.

## AVISO

### Encerramento por iniciativa da entidade responsável pelo estabelecimento de apoio social denominado Casa de Repouso Santa Mina

Após ação de inspeção realizada pelo Serviço de Fiscalização Alentejo em 01/08/2019, a entidade responsável procedeu ao encerramento voluntário do estabelecimento de apoio social denominado Casa de Repouso Santa Mina, com as seguintes características:

*artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março*

- exercia a atividade de Estrutura Residencial para pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funcionava sob a propriedade de Luis Manuel da Mina Lopes Ferreira;
- estava instalado em Rua dos Oliveiras n.º 10; Bairro de São João; 7570-188 Grândola.

#### Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, tinha manifestado, na Deliberação de 26/09/2019, a intenção de ordenar o encerramento do estabelecimento acima indicado, que estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

#### A atividade do estabelecimento cessou voluntariamente

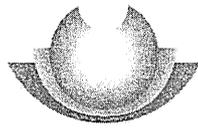
Tendo recebido provas inequívocas da cessação da atividade do estabelecimento, o Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, deliberou extinguir o procedimento de encerramento, por inutilidade superveniente.

*artigo 95.º do Código do Procedimento Administrativo*

#### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelos crimes de falsas declarações e

*artigos 360.º e 348.º, alínea b), do Código Penal*



SEGURANÇA SOCIAL

CONSELHO DIRETIVO



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

de desobediência.

A extinção do procedimento de encerramento não significa que não possa haver lugar a outros procedimentos destinados a aplicar sanções previstas na lei.

**Este aviso deve estar afixado durante 30 dias**

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

*artigo 40.º, n.º 3, do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigos 347.º e 357.º do  
Código Penal*

Lisboa, 12 de dezembro de 2019



Rui Fiohais  
O Presidente